



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

"30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!"

Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

PROJETO RESIDÊNCIA TERAPEUTICA REGIONAL: UMA EXPERIÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO.

Lúcia Maria Pissolatti da Silva Navarro, José Carlos Misorelli

1 Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba - Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba

Santana de Parnaíba

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Reforma Psiquiátrica segue um percurso próprio na busca de transformação do sistema de Saúde Mental, entre outras formas, busca-se por meio da desinstitucionalização a desconstrução da lógica do tratamento de pessoas acometidas por transtorno psiquiátrico em antigas instituições fechadas de longa permanência. Com os novos paradigmas do tratamento em saúde mental, impõem-se uma revisão na oferta de atenção de cuidados à estas pessoas. Neste sentido as residências terapêuticas constituem-se como alternativas de moradia para um grande contingente de pessoas, 6.349 internos encontram-se institucionalizadas (CENSO Psicossocial.2008), em 56 dos 58 hospitais psiquiátricos existentes no Estado de São Paulo. O referido projeto foi elaborado a partir de indicação dos secretários de saúde da região, pela área técnica de saúde mental de Santana de Parnaíba. Tal proposta, inédita, encontra-se em fase de chamamento público.

OBJETIVOS

O Projeto de RT Regional busca-se dar solução às seguintes demandas: 1) restauração da condição de cidadania e humanização comprometidas no processo de institucionalização de 41 pacientes. 2) Atendimento à política pública em saúde mental e ao TAC Sorocaba. 3) dar suporte à parceria firmada entre municípios e Consórcio Intermunicipal. 4) Garantia e fiscalização das boas práticas de cuidados em saúde mental contidas no projeto. 5) Racionalização de processos levando a redução de custos.

METODOLOGIA

Parte-se do levantamento de necessidades dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal diante da exigência do cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta- TAC de Sorocaba, para a desinstitucionalização de 41 pessoas internadas por longa permanência nos hospitais ou clínicas daquela região. Uma vez acordado a parceria entre secretarias municipais e Consórcio, estabelece-se a demanda pelo projeto em parceria que é aprovado em Assembleia de Prefeitos. Do estudo, firma-se esforços de cumprir com os dispositivos éticos políticos e de garantia aos direitos à população afeta ao projeto, equilibrando uma composição orçamentária diluída entre os municípios resultando em baixo custo financeiro. A implantação dos serviços, segue um cronograma de execução e de fiel atendimento ao preconizado pela Portaria nº 3.090 - M. S. de 23/12/2011.



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

"30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!"

RESULTADOS

A avaliação deste projeto até o momento, deve ser considerada a partir do que a experiência em sua execução nos possibilitou até o momento: Quanto ao custeio: A) Quanto menor o número de pacientes maior o custo financeiro, o custo passa a ser infinitamente menor do que quando o município realiza o projeto independente (R\$ RT Regional no máximo = R\$ 3.637,83/morador - Independente: R\$ 7 a 10 mil/morador. B) Maior integração entre municípios no desenvolvimento de projetos em parceria. C) Possibilitar a exequibilidade da política pública em saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a constituição de 1988 os municípios foram alçados à categoria de entes federados, com a realização deste projeto percebemos a possibilidade de aumento da capacidade de realização por parte dos governos municipais quando estes buscam implementar soluções de forma consorciada. A maioria dos municípios integrantes deste projeto, tinham entre a população a ser desinstitucionalização um número inferior ou igual a 4 pacientes e muitos ou não possuíam a rede de atenção psicossocial ou esta não estava credenciada pelo Ministério da Saúde, o que inviabilizaria a instalação das residências de forma assistida e de acordo com a normas da Portaria Ministerial. Assim, indicamos no desenvolvimento do presente projeto de que consórcios se constituem como políticas públicas grande relevância para o planejamento e realização de projetos regionais em saúde mental.